



Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

Conforme prevê a Resolução nº 1.099/2018 desta Egrégia Corte de Contas, encaminhamos o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2018, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação de Contas os seguintes documentos:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária, exercício 2018;
- f) Alterações nas Leis referidas na letra “e”, relativas ao exercício de 2018, bem como os Decretos e Mapa de Créditos;
- g) Declaração firmada pelo Contabilista e ratificada pelo Prefeito sobre as conciliações bancárias e seu resultado;
- h) Relatório e Parecer do Responsável pelo Controle Interno, atinentes à administração do Executivo Municipal, bem como os Pareceres sobre a gestão dos recursos vinculados à MDE e às Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- i) Relatório e Parecer do Conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB;
- j) Relatório e Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- l) Declaração do Administrador de que os agentes públicos que desempenhem atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

1 – Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R\$ 42.829.084,87 e a despesa realizada somou R\$ 36.240.192,72 resultando em um superávit de R\$ 6.588.892,15.



1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2018. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 44,85% e 1,67% para Poder Executivo e Legislativo respectivamente. Com relação ao Endividamento, constatou-se que a Dívida Consolidada Líquida está dentro dos limites definidos pelo STN.

2 – Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, no exercício que se encerrou em 31-12-2018, foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

2.1 - Das principais realizações em 2018

No decorrer do exercício talvez uma das maiores realizações do nosso município foi manter o equilíbrio financeiro das contas do erário público, apesar da forte crise financeira constatada a nível nacional.

Ademais foram feitas as seguintes aquisições ou melhorias para o patrimônio público municipal de nosso Município:

- Aquisição de Piscina e melhorias na EMEF. São Luiz Gonzaga	67.693,00
- Ampliação da Quadra Poliesp. da Comunidade de Três Mártires	97.411,43
- Pavimentação de Ruas com Calçamento na cidade e interior	791.427,92
- Aquisição de Refrigerador para Vacinas	17.500,00
- Aquisição de Veículo Chevrolet Spin - Contr. nº 061/18	72.890,00
- Aquisição de Veículo Chevrolet Prisma- Contr. nº 062/18	51.000,00
- Aquisição de 24 Computadores p/ Sec. Educação-Contr. 064/18	60.528,00
- Aquisição de Equipamentos p/ Assoc. de Agricultores	90.300,00
- Aquisição de Veículo Chevrolet Cruze – Contr. nº 120/18	94.000,00
- Aquisição de Diversos Equipamentos	105.879,67

TOTAL DOS INVESTIMENTOS LISTADOS:

RS 1.448.630,02



3 – Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise, foram investidos R\$ 8.030.235,83 na MDE, o que corresponde a 30,62% da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 – Manutenção Secretaria da Educação	314.488,57
1022 – Aquisição de Máquinas e Equipam.	28.840,24
1023 – Manutenção Prédios Escolares	53.642,82
1098 – Ampliação Escolas	2.344,00
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	1.304.051,78
2034 - Remuneração Prof. Ensino Fund.	3.302.483,55
2067 - Gasto 40% FUNDEB	434.123,66
2036 – Transporte Ensino Fundamental	530.313,44
2038 – Treinamento Professores	12.090,23
1097 – Construção de Creche	5.889,00
2041 – Manutenção da Educação Infantil	1.690.308,74
2103 – Manutenção Educação Especial	425.281,21
(-) Ganhos com o FUNDEB	70.278,37
(-) Desp. Liq. Rend. FUNDEB e MDE	3.343,04
TOTAL	8.030.235,83

3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS



No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R\$ 5.743.388,59, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 21,90 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da legislação vigente.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 – Manutenção Secretaria da Saúde	3.029.838,10
1005 – Reequip. Secretaria da Saúde	108.517,43
2006 – Transporte Saúde	576.186,02
2008 – PACS E PSF	2.110.419,83
2009 – Atendimento Odontológico	445.849,98
2063 – Hospital, Laboratórios, Outros	1.236.770,38
2010 – PAB Fixo / Variável	287.392,31
2101 – Convênio SAMU/SALVAR	357.025,76
2065 – Manutenção CAI	39.610,08
2011 – Convênios Estado	199.518,47
(-) Despesas Não Computáveis	2.647.276,51
(-) Despesas c/Rendim.ASPS	463,26
TOTAL	5.743.388,59

4 – Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:



Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	37.615.244,68	36.912.826,54	98,13%
Receita Tributária	3.120.724,91	2.732.097,84	87,54%
Receita de Contribuições	1.546.000,00	1.489.497,02	96,34%
Receita Patrimonial	4.814.970,72	3.209.117,44	66,64%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	1.053.355,00	831.640,57	78,95%
Transferências Correntes	26.679.123,65	28.437.301,23	106,59%
Outras Rec. Correntes	401.070,40	213.172,44	53,15%
2 – Receitas de Capital	3.644.065,29	2.771.651,16	76,05%
Operações de Crédito	663.181,68	1.418.371,86	213,87%
Alienação de Bens	192.500,00	292.450,00	151,92%
Amort. de Empréstimos	466.400,00	381.850,01	81,87%
Transfer. de Capital	2.321.983,61	678.979,29	29,24%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,00%
4 - Receitas Intra-Orçam	1.646.981,00	3.144.607,17	190,93
Total da Receita	42.906.290,97	42.829.084,87	99,82%

4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$2.732.097,84, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$3.120.724,91, representa uma realização de 87,54% da projeção para o período.



DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Impostos	2.298.598,11	2.086.128,20	90,76%
I P T U	642.150,00	419.398,10	65,31%
I R R F	601.229,00	617.404,10	102,69%
I T B I	435.270,00	497.454,16	114,28%
I S S	619.949,11	551.871,84	89,01%
Taxas	771.773,91	617.622,00	80,02%
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	222.586,87	280.744,01	126,12%
Taxas p/ Prestação de Serviços	549.187,04	336.877,99	61,34%
Contribuição de Melhorias	50.352,89	28.347,64	56,29%
Total das Receitas Tributárias	3.120.724,91	2.732.097,84	87,54%

4.1.1.1 – Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.

Atualizamos os valores da avaliação Terra-Nua. Informamos à receita Federal, que gerou incremento significativo no ITR. Foram realizados treinamentos para fiscalização, no entanto o Município está aguardando a liberação de dados das declarações, por parte da Receita Federal, para realizar a fiscalização.

A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.

O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.

Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos.



4.1.1.2 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança por protesto junto ao Tabelionato, desde 2015, para posterior cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.

Foi realizada a revisão de tabelas para avaliação de imóveis rurais e urbanos, para fins de cobrança do ITB, o que gerou aumento da arrecadação.

Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.

Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições

A Receita de Contribuições atingiu ao final do exercício em análise o montante de R\$ 4.575.559,21, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 3.134.581,00, representa uma realização de 45,97% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada no Período	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Contribuições Sociais	2.589.581,00	4.156.567,90	160,51%
Contribuições Previdenciárias	1.001.000,00	1.070.505,71	106,94%
Contrib. Previd. Intra-Orcam.	1.588.581,00	3.086.062,19	194,26%
Contribuições Econômicas	545.000,00	418.991,31	76,87%
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	545.000,00	418.991,31	76,87%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas de Contribuições	3.134.581,00	4.575.559,21	145,97%



4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do exercício em análise o montante de R\$ 28.365.485,96, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$26.072.745,52, representa uma realização de 8,79% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada Período	no	Realizada Período	no	% Real Progr. /
Transferências da União	11.525.983,81		12.417.339,99		107,73%
Cota parte do F P M	7.674.000,00		8.063.854,06		105,08%
Cota parte do I T R	922.048,58		1.127.204,04		122,24%
Cota parte da LC 87/96	87.500,00		73.134,32		83,58%
Cota Parte Fundo Especial	110.200,00		123.309,59		111,89%
PAB - Fixo	316.600,00		268.940,04		84,94%
PAB - Variável	844.760,91		915.658,82		108,39%
Outras Transf. do SUS	467.598,83		463.778,19		99,18%
Transferências do F N A S	328.176,64		487.771,83		148,63%
Transferências do F N D E	625.098,85		643.337,64		102,91%
Transferências Emendas Parlam.	150.000,00		250.351,46		166,90%
Outras Transferências da União	0,00		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO	Programada Período	no	Realizada Período	no	% Real. Prev. /
Transferências do Estado	14.520.779,71		15.924.783,39		109,66%
Cota Parte do I C M S	11.663.247,15		12.905.417,96		110,65%
Cota Parte do I P V A	1.515.600,00		1.779.034,22		117,38%
Cota Parte do IPI / Exportação	176.400,00		192.074,97		108,88%
Cota parte da C I D E	25.000,00		18.307,39		73,22%
Transf. do Fundo Estadual Saúde (FES)	588.056,32		558.057,80		94,89%
Outras Transferências do Estado	8.150,00		6.345,91		77,86%
Transferências de Convênios	544.326,24		465.545,14		85,52%
Outras Transferências	25.982,00		23.362,58		89,91%
Transferências de Pessoas/Instituições/Outras	25.982,00		23.362,58		89,91%
TOTAL	26.072.745,52		28.365.485,96		108,79%



5 – Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 28 de janeiro de 2019.

CARLOS ALZENIR CATTO
PREFEITO MUNICIPAL